



SENADOR ROBERTO CAMPOS

“O voto dado ao doutor Ulysses equivale a começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade. Pior, porém, seria entregar a presidência da Câmara ao radicalismo infanto-juvenil do deputado Fernando Lyra.”



“O voto, dado ao doutor Ulysses, equivale a começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade. Pior, porém, seria entregar a presidência da Câmara ao radicalismo infanto-juvenil do deputado Fernando Lyra. O mal menor, portanto, é começar a Constituinte por uma inconstitucionalidade.”

O diagnóstico foi feito pelo senador Roberto Campos durante reunião da Executiva Nacional do PDS com sua bancada federal, realizada ontem, pela manhã, para discutir a posição do partido na Assembléia Nacional Constituinte. O líder na Câmara, Amaral Neto, também criticou Lyra, mencionando seu comparecimento anteontem à reunião da bancada. Disse que “foi um golpe de mestre. Ele tem cara de pau, impressionou muitos companheiros. Confio, porém, na posição da bancada e na palavra de meus companheiros. Nunca tapeei adversário. Não vou dizer que garanto os votos

da bancada toda para Ulysses se não puder fazê-lo”.

O mais importante da reunião da cúpula do PDS foi, porém, a intervenção de Campos:

“Gostaria de dizer aos senhores, inicialmente, que minha posição ante a Assembléia Nacional Constituinte é escandalosa e heterodoxa. Procura-se dar a ela extraordinária importância reduzindo-se a importância do Congresso ordinário. Acho a Constituinte uma aberração porque não houve ruptura da ordem constitucional, situação, portanto, totalmente diferente da Independência, da Proclamação da República, da queda do Estado Novo. A transição política de 1984 foi perfeitamente normal. O que devia ser feito era ampla reforma da Constituição para à qual o Congresso tinha amplos poderes, exceto no que diz respeito à monarquia e à Federação. Por que foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte? Porque cer-

tos grupos persuadiram Tancredo Neves que somente a Constituinte aceleraria o processo de mudanças de que todo mundo fala, mas que ninguém concretiza”.

Para o senador matogrossense “a Constituinte vai ser um carnaval cívico por causa da mudança do quórum. Antes eram exigidos dois terços dos votos, o que exprimia a vocação majoritária da sociedade. Com a maioria simples, grupos radicais entretêm a esperança de votar mudanças graças a maiorias organizadas em clima de furor emocional ou ideológico”.

Roberto Campos denunciou ainda “o abuso de decretos leis. Teremos a ditadura declarada com o recesso da Câmara e do Senado”. Para ele “uma das grandes discussões, que ora se trava, é sobre a mecânica fabricada da Constituição: se através da comissão geral ou de comissões. Esta me parece solução feliz porque permite maior grau de participação

e multiplica a superfície sobre que grupos de pressões organizados se poderão aplicar. É muito mais difícil exercer pressão simultânea e organizada sobre dez comissões que sobre uma. Razão tática torna aconselhável a mecânica das comissões”.

Ele acha ainda que “todas as distorções do autoritarismo administrativo não vêm do texto constitucional, e, sim, da violação do texto constitucional freqüente, entre nós, porque inexistente Corte Constitucional e porque o Supremo Tribunal não tem exercido a função de defender a Constituição do povo contra abusos administrativos. Na Constituinte, temos de reforçar o supremo ou criar Corte Constitucional”, assinalou.

O encontro foi presidido pelo senador Jarbas Passarinho, presidente em exercício do PDS, e contou com várias intervenções do deputado Konder Reis (PDS-SC), autor de propostas de regimento interno da Constituinte.